

Grupos reflexivos como estratégia de prevenção à violência no namoro: Relato de experiência

Reflective practice groups as a strategy for preventing dating violence: Experience report

Grupos reflexivos como estrategia de prevención de violencia en el noviazgo: Informe de experiencia

Michele de Freitas Bock¹ 
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Camila Maffioletti Cavaler² 
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Samira Maffioletti Macarini³ 
Polícia Civil de Santa Catarina

Resumo

O objetivo deste manuscrito é apresentar um relato de experiência de grupos reflexivos sobre prevenção à violência no namoro realizado com adolescentes em uma escola pública estadual do sul de Santa Catarina, Brasil. A intervenção consistiu em cinco encontros semanais. Os temas abordados incluíram construção social de gênero, relacionamentos abusivos e Lei Maria da Penha. Os resultados destacaram a contribuição da Psicologia para transformar crenças relacionadas à violência no namoro. Incentiva-se a replicação desses grupos nas demais regiões do país como forma de desafiar a lógica patriarcal e proteger a vidas de mulheres.

Palavras-chave: Adolescência, violência contra mulheres, Lei Maria da Penha, estudantes, escola.

Abstract

The objective of this manuscript is to present an experience report on reflective practice groups addressing dating violence prevention conducted with adolescents in a public state school in the southern region of Santa Catarina, Brazil. The intervention consisted of five weekly meetings. The covered topics included the social construction of gender, abusive relationships, and the Maria da Penha Law. The results highlighted the contribution of Psychology in transforming beliefs related to dating violence. Encouraging the replication of these groups in other regions of the country is advocated as a way to challenge patriarchal logic and protect women's lives.

Keywords: Adolescence, violence against women, Maria da Penha law, students, school.

Resumen

El objetivo de este manuscrito es presentar un informe de experiencia sobre grupos reflexivos centrados en la prevención de la violencia en el noviazgo, llevados a cabo con adolescentes en una escuela pública estatal del sur de Santa Catarina, Brasil. La intervención consistió en cinco encuentros semanales. Los temas tratados incluyeron la construcción social del género, relaciones abusivas y la Ley Maria da Penha. Los resultados resaltaron la contribución de la Psicología para transformar creencias relacionadas con la violencia en el noviazgo. Se promueve la replicación de estos grupos en otras regiones del país como una manera de desafiar la lógica patriarcal y proteger las vidas de las mujeres.

Palabras clave: Adolescencia, violencia contra las mujeres, Ley Maria da Penha, estudiantes, escuela.

¹ Graduanda em psicologia/UNESC. **Contato:** camilamaffioletticavaler@gmail.com

² Graduada em Psicologia, Mestre e Doutoranda em Psicologia/UNESC

³ Graduada e Mestre em Psicologia, Psicóloga Policial Civil/PC-SC



A violência no namoro, considerada uma questão de saúde pública (Arnoud et al., 2021; Borges et al., 2020; Priolo-Filho & Williams, 2018), é um fenômeno complexo e multifatorial (Andrade et al., 2023) presente no cotidiano de meninas e meninos na adolescência. Como consequência, pode ocasionar danos de natureza física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, correspondentes aos causados na violência doméstica, familiar e íntima (Nascimento & Cordeiro, 2011; Oliveira et al., 2016).

Considerando que é na adolescência que costumam se iniciar os relacionamentos amorosos, muitos estudos têm buscado compreender a dinâmica de tais relações nessa etapa de vida e as diferentes expressões de violência nesse contexto. Além disso, intervenções abordando a questão da violência no namoro têm sido pensadas para adolescentes, considerando-se seu potencial preventivo (Priolo-Filho & Williams, 2018).

Conforme Borges *et al.* (2018), a violência no namoro na adolescência é compreendida como uma série de comportamentos abusivos entre pré-adolescentes, adolescentes e jovens adultos (12 a 18 anos), incluindo um contexto de relações românticas ou de namoro, atuais ou passadas. Pode envolver abuso físico, ameaças, abuso sexual, abuso verbal e emocional, entre outros. Além disso, novas formas de violência vêm sendo relatadas, como o *stalking*, também conhecido como perseguição; bem como algumas categorias envolvendo o meio virtual, incluindo o *cyber dating* e o *sexting*, que consistem em disseminar fotos e/ou vídeos íntimos, sem o consentimento da outra parte, para difamar, humilhar ou controlar as postagens feitas.

Gregori *et al.* (2022) ressaltam que as violências psicológica e sexual estão entre as formas mais prevalentes de violência no namoro entre jovens brasileiros. A violência psicológica pode envolver rejeição, depreciação, discriminação, humilhação e desrespeito, que não deixam marcas visíveis no corpo, mas produzem efeitos psíquicos que podem se estender na vida adulta. Na atualidade, a violência psicológica também está sob a forma de perseguição, controle e vigilância, através do *stalking* ou *cyberstalking*, quando esse ocorre através da utilização de meios tecnológicos. Além das violências psicológica e sexual, a violência física também é apresentada como uma das mais frequentes violências entre adolescentes.

De acordo com Arnoud *et al.* (2021), compreende-se a violência no namoro como uma das expressões da violência de gênero. As autoras apontam que esse fenômeno se caracteriza por uma relação de poder normativa e assimétrica envolvida no processo de construção e naturalização daquilo que se compreende como masculinidade e feminilidade. Além de se manifestar na adolescência, é considerada um fator preditivo da violência nos relacionamentos amorosos da vida adulta.



Entender um corpo como feminino ou masculino é um processo cultural, que ganha sentido de acordo com o contexto em que o sujeito está inserido (localização geográfica, raça, classe etc.). Esse sentido, contudo, é imposto antes mesmo do nascimento de uma criança. Bento (2011) argumenta que um feto passa a ser considerado uma pessoa no momento em que lhe é atribuído um gênero. Ao ganhar o status de menino ou menina, uma série de expectativas e suposições são colocadas sobre ele. Aquilo que evocamos como algo natural e imutável é para a autora resultado das normas de gênero.

Do modo semelhante, Butler (2020) argumenta que tais normas são produzidas a partir da matriz de inteligibilidade de gênero, modelo proposto pela autora para explicar a expectativa social em relação a uma coerência normativa entre sexo, gênero e desejo. Ou seja, ao nascer com um pênis, o gênero masculino lhe será atribuído ao nascimento, e o desejo sexual será direcionado à pessoa do gênero oposto. A matriz de inteligibilidade de gênero, portanto, produz corpos cisheterossexuais. Aqueles que não correspondem a esta suposta coerência, são sujeitos fora da norma, os quais estarão expostos a diversas formas de exclusão socioemocional.

O medo de ser considerado homossexual é central no processo de subjetivação das masculinidades. Os homens tornam-se homens na medida em que se afastam de tudo que pode ser considerado feminino. Welzer-Lang (2001) elabora a metáfora da casa dos homens para explicar que para fazer parte do imaginário das masculinidades os homens precisam cotidianamente provar sua hombridade aos seus pares masculinos. A demonstração de masculinidade na casa dos homens está fortemente associada ao afastamento do mundo feminino e menosprezo aos gays. Para Connell (1997) a demonstração de virilidade passa por adotar comportamentos de risco, hipersexualização dos corpos femininos e comportamentos violentos, os quais têm efeito direto sobre as mulheres.

Nesse mesmo sentido, para entendimento do contexto de violência no namoro, Oliveira *et al.* (2016) ressaltam que é essencial considerar que gênero, violência e patriarcado estão intimamente interligados. O sistema hierárquico presente nas relações de poder é garantido através da violência banalizada pelo uso da força como meio de dominação, naturalizado e tolerado socialmente. Outro aspecto a ser considerado é a lógica social androcêntrica da dominação masculina, responsável pela desvalorização, subjugação e exclusão do feminino. Tal fator tende a gerar uma violência simbólica sobre as mulheres, por vezes mascaradas culturalmente, mas amplamente presente no cotidiano.

A naturalização das violências pode produzir efeito direto na subjetividade dos/as jovens e manter encobertas situações passadas e atuais de maus tratos, bem como predispor este público a situações de risco para a violência na vida adulta. Por exemplo, Borges *et al.* (2020)



realizaram um estudo com 403 adolescentes de 14 a 19 anos, de escolas públicas e privadas no Rio Grande do Sul, Brasil. Através de uma análise de regressão linear logística, as autoras identificaram que ter sofrido maus-tratos psicológicos na infância aumenta a probabilidade de um adolescente ser perpetrador de violência verbal ou emocional no namoro. Além dessa variável, outros aspectos têm sido levantados na literatura como fatores associados à ocorrência da violência no namoro, a qual é considerada um fenômeno multicausal; incluindo aspectos individuais, familiares e do grupo de pares.

Por este motivo, torna-se importante a execução de programas psicoeducativos que produzam novos sentidos e significados em relação ao tema. Desde 2006, com a publicação da Lei Maria da Penha, é recomendado que o enfrentamento à violência contra mulheres tenha caráter multifacetado, ou seja, não basta que autores do crime sejam punidos, mas que as vítimas tenham garantias socioassistenciais e, ainda mais importante, que nos atentemos para a necessidade de erradicação da violência através de sua prevenção (Cavaler & Macarini, 2020).

Em seu artigo 8º, inciso V, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006) institui a necessidade de campanhas educativas de prevenção a violência doméstica e familiar voltadas ao público escolar, que tenham por objetivo a difusão da referida legislação e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres. Entende-se, a partir disso, que é tarefa do Estado e da sociedade a implementação de programas junto às escolas que atendam a este fim. Diante disso, no ano de 2018, a Polícia Civil de Santa Catarina, por intermédio da Coordenadoria das Delegacias de Proteção à Criança ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (CDPCAMI's), criou o Programa Polícia Civil por Elas (PC por Elas), que tem por objetivo integrar os serviços da instituição para que atue em diferentes propostas e garanta desde a prevenção até o atendimento adequado às mulheres e famílias vitimizadas pela violência (PC por Elas [n.d]). Entre os projetos desenvolvidos, destaca-se os grupos reflexivos com jovens em idade escolar sobre prevenção de violência no namoro, intervenção que será apresentada no presente artigo.

A metodologia de grupos reflexivos (Beiras & Bronz, 2016) tem como base os princípios da educação popular de Paulo Freire. A proposta freireana de um sistema diferenciado de ensino e aprendizagem preza pelo estímulo ao pensamento, à reflexão e à produção de novos sentidos pelos/as participantes. A partir disso, busca-se uma construção dialógica entre o grupo, de forma que a pedagogia da resposta cede espaço para a pedagogia da pergunta.

De acordo com a Polícia Civil de Santa Catarina, dezenas de jovens oriundos de escolas públicas do Estado, já participaram dos grupos reflexivos desenvolvidos pelo PC por Elas (PC



por elas. [n.d]). No ano de 2023, o projeto foi desenvolvido em um dos municípios do sul de Santa Catarina como parte do estágio em Psicologia Social da primeira autora deste manuscrito, a qual replicou o modelo já validado nos demais municípios catarinenses. Diante disso, o objetivo deste artigo é apresentar um relato de experiência de grupos reflexivos sobre prevenção à violência no namoro realizado com adolescentes em uma escola pública estadual do sul de Santa Catarina.

Método

O estágio foi realizado em uma Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), localizada no sul de Santa Catarina, no período entre agosto e dezembro de 2023. Inicialmente foi realizado o diagnóstico psicossocial do local buscando compreender a dinâmica da Delegacia, com relação aos processos de cunho jurídico e psicológico no atendimento às mulheres vítimas de violência. A partir das observações na instituição e diálogo com os profissionais da área, foi proposto a continuidade do projeto PC por Elas nas escolas. Após o contato e interesse da escola na implantação do projeto iniciaram as intervenções.

O projeto de intervenção consistiu na realização de grupos reflexivos com estudantes de uma escola pública estadual no sul de Santa Catarina, Brasil. Os encontros tiveram em média uma hora e quinze minutos de duração e contaram com a participação de aproximadamente 24 estudantes do nono ano, divididos em dois grupos de 12 pessoas, com idade aproximada de 14 anos. Foram realizados cinco encontros, com periodicidade semanal, sendo estes mediados por duas estagiárias do curso de Psicologia de uma universidade do sul de Santa Catarina, com o auxílio do setor de Psicologia da DPCAMI do município.

Os encontros abordaram as temáticas a seguir: apresentação do projeto e acordos de convivência, construção social do masculino e feminino, dois encontros sobre relacionamentos abusivos e o último sobre os tipos de violência e a Lei Maria da Penha.

Como recursos metodológicos foram utilizados materiais audiovisuais, dinâmicas e atividades específicas, além de instigar os alunos com perguntas reflexivas. As propostas de atividades foram construídas com o intuito de não somente apresentar os riscos e a problemática da violência no namoro durante a adolescência, mas também de produzir reflexões capazes de auxiliar na identificação de situações de violência nos seus futuros relacionamentos, inclusive durante a vida adulta.

Como supramencionado, os/as participantes foram divididos em dois grupos aleatoriamente para facilitar a participação e interação. As cadeiras foram organizadas previamente em círculo, facilitando o vínculo e acolhimento entre os participantes. O método



grupal aqui referido foi inspirado na metodologia dos grupos reflexivos de gênero, de Beiras e Bronz (2016).

Com relação aos aspectos éticos, inicialmente foi feito contato com a escola, para verificar o interesse na atividade proposta. Após isso, no primeiro encontro com os adolescentes, buscou-se trabalhar com eles a importância do sigilo das informações abordadas no grupo. Caso houvesse a necessidade de trabalhar algum caso de violência que viesse a surgir durante o grupo, as facilitadoras poderiam fazer uma escuta individual e/ou encaminhar para atendimento com profissional externo.

O texto que segue apresentará a descrição das atividades desenvolvidas e as discussões realizadas com o grupo.

Resultados e Discussão

Primeiro Encontro: Apresentação do Projeto

Realizou-se a apresentação do projeto PC por Elas, os principais objetivos e como funcionaria a dinâmica de grupos reflexivos. Além disso, o encontro destinou-se à elaboração dos acordos de convivência que serviram para todas as demais atividades do grupo. Com o auxílio de cartolina e canetas hidrocor, os/as estudantes escreveram palavras-chaves que representavam para eles/as os acordos necessários para o bom andamento do grupo. O acordo serviu como contrato para os demais encontros do grupo, e os/as próprios/as participantes cobravam uns aos outros o cumprimento, propiciando maior segurança para a exposição de opiniões e situações que tivessem congruência com os temas propostos.

Após a elaboração do acordo de convivência, realizou-se uma atividade reflexiva conhecida como tempestade de ideias. Com o auxílio de um marcador, dividiu-se o quadro branco ao meio, na primeira parte foi escrito: “o que a sociedade espera de um homem?”, na segunda estava escrito: “o que a sociedade espera de uma mulher?”. As opiniões dos/as participantes foram então registradas no quadro.

As palavras atribuídas aos homens pelos grupos foram: fidelidade, respeito à família e à esposa, carinho, bom pai, compreensivos, serem bem-sucedidos financeiramente, respeito, maturidade, lealdade, honestidade, masculinidade, trabalhador, educado, coração bom, ter iniciativa, pegador. As palavras atribuídas às mulheres pelos grupos foram: fidelidade, virgindade, cuidar da imagem, vulgaridade, feminilidade, reservadas, não engravide cedo, cuidem com os julgamentos, futuro bom, trabalho bom, não usem drogas, compaixão, competição para serem desejadas, respeito, leal, carinho, maturidade, honestidade.



A atividade incentivou que os/as jovens percebessem as diferentes expectativas sociais em relação aos homens e mulheres, e como isso produz uma relação de poder entre eles. A partir desta discussão, problematizou-se como os estereótipos de gênero contribuem para situações de violência, e que por serem construídos socialmente podem ser transformados. Os/as jovens participaram ativamente da atividade e, ao longo da discussão, tiveram a oportunidade de ampliar a percepção a respeito do tema proposto.

Magalhães *et al.* (2023) compreendem o gênero como um dos fatores definidores de distinções e hierarquias sociais. A partir de expectativas sociais atribuídas aos homens e mulheres, ocorre o fenômeno de transformação da diferença anátomo-biológica em situações de desigualdade social, moral e material. As autoras consideram que as normas de gênero orientam não apenas performances de masculinidades e feminilidades, mas também emocionalidades, ou seja, o gênero constrói modos de sentir considerados mais masculinos ou mais femininos.

Nesse sentido, sentimentos, afetos e emocionalidades são construídos, modelados e interpretados de acordo com o contexto sociopolítico e cultural, com distinções de raça, etnia, classe social e gênero. As pedagogias afetivas fazem com que homens aprendam a suprimir suas emoções, exemplo disso são as brincadeiras infantis, o estímulo a hipersexualidade e o jargão “homem não chora”, os quais contribuem para que homens adultos tenham poucas ferramentas emocionais para lidar com a frustração, tendo como efeito alto índice de violência (Magalhães *et al.*, 2023; Zanello, 2022).

Segundo Encontro: Construção Social do Masculino e Feminino

Com o objetivo de aprofundar a discussão sobre os estereótipos de gênero e problematizar a rigidez subjetiva produzida por eles, buscou-se produzir reflexões que versassem sobre como a categoria homem e mulher é resultado de uma construção social, que não é universal ou a-histórica.

Buscando gerar identificação a partir de um tema que fizesse parte do cotidiano dos/as participantes, o grupo foi convidado a assistir o vídeo “O sonho impossível” (ONU Brasil, 2012). O curta mostra a divisão desigual nas tarefas domésticas e as diferenças nas rotinas de homens e mulheres. Ao assistir o vídeo, os/as participantes mostram se identificar com a cena apresentada, relatando o trabalho desenvolvido pelas mulheres com quem moravam. Abordou-se, neste ponto, a sobrecarga feminina e quais estratégias poderiam ser empregadas para produzir transformações nesta realidade.



Além do trabalho doméstico, o encontro buscou produzir reflexões sobre a violência contra mulheres, o que foi feito através da dinâmica “Promovendo Mudanças”. Os alunos foram convidados, através de uma “chuva de ideias”, a citar espaços onde acreditam que as mulheres sofrem violência. Os espaços citados foram: casa, rua, perto de obras, trabalho, shopping, mercado, escola, ônibus, festa e em frente de bares. Então, foi solicitado que, em duplas, escolhessem um destes espaços e pensassem juntos em alternativas para que a violência tivesse fim, ao final, foram instruídos a compartilhar suas reflexões com os/as demais colegas. Algumas das alternativas apresentadas foram: as mulheres cuidarem ao entrar no banheiro da escola, instalar câmeras de segurança nos ônibus, não se sentar com estranhos, não andar sozinha à noite, cuidar das roupas que utilizam, procurar aprender a se defender, serviço de psicologia no trabalho, palestra de conscientização a respeito da violência nos relacionamentos, diálogo entre o casal em casa.

Durante a exposição do que tinham pensado, verificou-se que as alternativas apresentadas envolviam, em sua maioria, situações em que a mulher deveria ser responsável por evitar a violência. A partir destas falas, os/as jovens foram convidados a refletir a respeito de como a construção social de gênero tende a culpabilizar as mulheres pelas violências sofridas. Foram, então, chamados a refletir sobre as sugestões dadas por eles/as, questionando-os/as se elas estavam no âmbito da prevenção da violência ou estariam fazendo o papel de reforçar a mulher como responsável pela própria (in)segurança.

A sexualidade feminina e a moralidade posta sobre ela têm produzido efeitos diretos sobre as mulheres, que tendem a ser classificadas como menos vítimas de violência quando não correspondem ao estereótipo de mulher casta (Santos & Castellano, 2020). Foucault (2018), entende que a sexualidade pode ser considerada como um dispositivo constituído historicamente e socialmente tendo como suporte diversos discursos que a regulam e normatizam, instaurando verdades e saberes sobre o sexo. Neste contexto cultural ocorrem as definições de identidades não apenas sexuais e de gênero, mas de classe social, raça, nacionalidade etc. As múltiplas identidades vão constituindo os sujeitos em suas relações, sendo este processo extremamente complexo e instável.

Ao final deste encontro, cada participante escreveu uma mensagem a uma mulher fictícia que tenha, supostamente, passado por uma situação de violência. Aqueles/as que se sentiram à vontade leram para o grupo suas mensagens. No conteúdo dos textos apresentados, foi possível perceber a compreensão da necessidade de acolhimento da mulher que se encontra em situação de violência pela maioria dos/as estudantes.



Terceiro Encontro: Relacionamentos Abusivos

O objetivo foi trazer a discussão sobre relacionamentos abusivos para que os/as participantes pudessem compreender e identificar como estão sendo construídos seus próprios relacionamentos e os relacionamentos de pessoas que fazem parte de sua rede de apoio.

Inicialmente, os/as participantes foram convidados a assistir ao vídeo “Não confunda amor com abuso” (Mulheres Transformadoras, 2018). O curta ilustra um relacionamento que inicia com um homem conquistador, sedutor, romântico e idealizado, mas que aos poucos vai demonstrando atitudes controladoras e abusivas, diferentes do que ele mostrava no início do relacionamento. A partir desta atividade, algumas questões foram colocadas para reflexão, como: O que uma mulher jovem espera de uma relação amorosa? O que um homem jovem espera de uma relação amorosa? Como essas expectativas influenciam na relação? Os homens e as mulheres têm diferentes papéis em um relacionamento? Por que as coisas não são iguais para homens e mulheres? A partir destas perguntas, várias problematizações foram feitas no sentido do entendimento que estas diferenças são construídas histórica, social e culturalmente, as quais reforçam a naturalização da violência e a dificuldade em ter consciência dos abusos nos relacionamentos.

Na sequência, foram distribuídas letras de três músicas que colaboraram para a continuidade da discussão por reforçarem violências mascaradas de romantismo. Foram elas: “Ciumento eu”, dos cantores Henrique e Diego, que narra um relacionamento possessivo em que o cantor afirma que o ciúme que sente é excesso de cuidado. Em um dos trechos da canção, conta que instala câmeras no quarto, gravador no carro e reforça que está para nascer alguém mais cuidadoso e apaixonado do que ele. A segunda música apresentada foi “Vidinha de Balada”, dos cantores Henrique e Juliano, em que narra a história de um homem apaixonado que diz que acabará com a vida de balada de sua musa inspiradora “tô a fim de você e se não tiver 'cê vai ter que ficar, eu vim acabar com essa sua vidinha de balada””. Por fim, apresentou-se a música “Quem ama cuida”, de Flávio Leandro, que justifica o ciúme como uma forma de cuidado, fala de rastreamento de celular e que vai ler o pensamento da mulher para ver se está pensando apenas nele.

As músicas foram reproduzidas e os/as jovens foram convidados/as a cantar junto e identificar trechos que pudessem ser considerados como abusivos ou que reforçassem a desigualdade entre homens e mulheres. Após este momento, foram apresentadas informações sobre a história de Maria da Penha Maia Fernandes, e como também ela foi vítima de uma relação abusiva. Problematizou-se, então, a idealização do amor romântico e como as



expectativas de encontrar um grande amor podem fazer com que mulheres tenham dificuldades de perceber situações de violência.

Durante as reflexões com o grupo, foram perceptíveis as surpresas com relação ao entendimento do contexto das letras, contribuindo para reforçar a ideia de que a coisa mais importante da vida da mulher é ser escolhida e estar com um homem e, em função disso, a relação deverá ser hierárquica, sendo ela submetida e passiva neste contexto. Além destas reflexões, houve a constatação de que dispositivos eletrônicos, como o celular, têm sido usados como estratégia de controle do/a parceiro/a, relato apresentado como realidade no relacionamento de parte dos/as estudantes. Alguns/Algumas jovens afirmaram fazer uso desses aplicativos com seus parceiros com a justificativa de cuidado e proteção. Buscou-se refletir sobre a verdadeira função de um rastreador de localização em um relacionamento, e como ele poderia contribuir para conflitos entre os/as parceiros/as.

As músicas apresentadas são parte do que Teresa de Lauretis (1987) nomeou como “tecnologias de gênero”. Para a autora, as mídias, a publicidade, o cinema e demais tecnologias além de representar e retratar valores, performances, estereótipos e emocionalidades de gênero, também produzem modos de existência mais desejáveis do que outros, transformando-se, assim, em pedagogias de gênero.

Butler (2020) considera o gênero como performatividade, visto que ele está constantemente em produção através de nossos corpos e do encontro de nossos corpos com as tecnologias de gênero. Nesse sentido, gênero pode ser considerado como um dispositivo (Foucault, 2018), ou seja, é formado por um conjunto heterogêneo de elementos discursivos e não discursivos que produzem as masculinidades e feminilidades como entidades cristalizadas e a-históricas, como se fossem elementos dados naturalmente. Músicas, filmes, séries, literatura e outros mecanismos sociais fazem parte deste universo heterogêneo que produz a performatividade de gênero.

Quarto Encontro: Relacionamentos Abusivos

O quarto encontro teve como objetivo aprofundar o debate sobre relacionamentos abusivos e explicar sobre a Rede de Proteção à Mulher. Foram levadas para o encontro frases de apoio impressas que remetiam a comportamentos comuns em relacionamentos amorosos, as quais foram sorteadas pelos integrantes. Após retirar a frase, a pessoa deveria ler em voz alta e o grupo decidia coletivamente se aceitava ou não. O quadro branco foi dividido ao meio e foi escrito “Aceitamos” na primeira parte e “Não aceitamos” na segunda. Também foi explicado



que na falta de um consenso poderiam usar o recurso do meio do quadro para situações de dúvida ou onde houvesse muita discordância.

Foram propostas frases como: a) Ele sempre tem uma opinião sobre o jeito que sua namorada se veste. b) Ele é muito ciumento. c) Ele tem um temperamento explosivo e fica bravo facilmente, por exemplo, quando sua namorada demora para se arrumar. d) Em uma briga, ele diz à sua namorada que ela nunca vai achar alguém melhor do que ele porque ela está velha e acabada. e) Quando a namorada não quer transar, ele sempre insiste até ela ceder. f) Ele protege sua namorada e não quer que nada de ruim aconteça com ela. g) Quando estão com um grupo de amigos, ele controla o que ela fala e faz comentários irônicos sobre ela.

Após cada escolha por aceito, não aceito ou a questão de dúvidas, foram trazidas à discussão os vários pontos de vista, sempre buscando reflexões e questionamentos que pudessem ampliar a consciência a respeito de situações abusivas em relacionamentos. Ao longo da atividade foi possível perceber a naturalização de determinados comportamentos abusivos, que geralmente aparecem mascarados como forma de cuidado do outro. Tais comportamentos são reflexo da sociedade heteropatriarcal, que tende a banalizar situações de violência, especialmente aquelas que incidem sobre os corpos femininos.

Rey *et al.* (2016) ao discutirem o conceito de subjetividade, argumentam que o sentido atribuído a determinado comportamento não se estabelece pautado apenas na materialidade do ato, mas na interpretação dada, ou seja na forma como damos sentido e significado para determinada ação. Nesse sentido, comportamentos violentos como o controle do afeto e do corpo do/a parceiro/a podem ser interpretados como fatores de cuidados pelos/as jovens. Segundo Santos e Andrade (2018), a escola é um terreno fértil para a problematização desta cultura, pois permite que os/as estudantes tenham acesso a tal discussão durante seu desenvolvimento, propiciando reflexões sobre a naturalização de violências e desigualdades, para que assim possam ser construídas estratégias que contemplem a transformação de tal realidade.

Quinto Encontro: Lei Maria da Penha

O último encontro trouxe o debate a respeito dos vários tipos de violência definidos na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006). Foram lembrados os conteúdos compartilhados nos encontros anteriores, bem como se abriu espaço para possíveis dúvidas. Ao trabalhar a Lei Maria da Penha, os objetivos principais foram a desnaturalização de violências cotidianas e o fechamento dos encontros.



A dinâmica proposta foi nomeada como “refletindo sobre a violência”. Os participantes foram divididos em seis grupos e cada grupo recebeu uma história em folha impressa. Estas histórias traziam situações de violência, abordando cada um dos tipos propostos na Lei Maria da Penha: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Considerando o contexto dos jovens, acrescentou-se ainda a violência virtual, sendo importante destacar a recente Lei n. 14.811 de 12 de janeiro de 2024, que tornou crime as práticas de *bullying* e *cyberbullying*, incluindo-as no Código Penal. Nesse sentido, as discussões com os adolescentes devem sempre acompanhar as alterações legislativas e levar em conta as mudanças comportamentais dos/as jovens na sociedade.

Ressalta-se que essa divisão sobre os tipos de violência apresentada na Lei Maria da Penha é meramente didática, já que as violências costumam ocorrer de maneira simultânea e multifacetada. Porém, considera-se tal separação necessária, pois auxilia no reconhecimento de diferentes formas de manifestação da violência, além da função política de torná-las mais visíveis (Batista *et al.*, 2017).

Depois de receber sua história, cada grupo teve aproximadamente dez minutos para refletir sobre que tipo de violência era retratada na história. Após discutirem no pequeno grupo, leram em voz alta e refletiram coletivamente. As histórias eram as seguintes:

Tabela 1

Histórias sobre violência contra mulheres

História	Tipo de Violência
William convidou Suzana para uma festa, os dois conversaram e ficaram. No fim da festa, William a convidou para ir a um motel, dizendo que ele tinha dinheiro para passar algumas horas lá. Suzana disse que sim. Eles foram para o motel e começaram a se beijar. William começou a tirar sua roupa. Mas Suzana disse a ele que não queria transar. William ficou furioso. Disse a ela que havia gastado muito dinheiro com o quarto, e falou: “O que é que os meus amigos vão dizer?”	Violência Sexual
Maria namora Ricardo há poucos meses. Recentemente, Ricardo começou a questionar o seu comportamento. Ele sempre pergunta a Maria com quem ela conversa na aula, por que ela não estava em casa quando ele ligou e por que ela passa parte do seu dia conversando com suas amigas, quando poderia estar com ele. Maria tenta não dar muita atenção a estes comentários, mas ultimamente Ricardo tem falado de forma rude e muito nervoso. Tem xingado e gritado com ela nos corredores da escola e depois pede desculpas. Na noite passada, ele bateu nela. Ele diz que está chateado porque a ama, mas ela “o deixa louco” de ciúmes	Violência Física
Isadora está namorando há 1 ano. Recentemente, o namorado dela tem falado que ela está acima do peso e que está com vergonha de sair com ela. Ele faz comentários o tempo todo sobre o corpo de outras mulheres e o quanto Isadora ficaria mais <i>sexy</i> se perdesse peso. Ele mal a deixa comer. Diz que quando ela emagrecer, eles podem noivar.	Violência Psicológica



Julia e Rafael estavam namorando há 3 anos, mas os últimos meses tinham sido repletos de brigas, por esse motivo Julia resolveu romper com Rafael. Alguns dias depois do rompimento, Júlia chegou na escola e todos a olhavam de forma estranha, sem entender nada conversou com sua amiga Catarina que lhe contou que Rafael tinha espalhado boatos sobre ela, dizendo que ela ficava com muitos homens e como era a vida sexual dos dois. Violência Moral

O namoro de Pedro e Luiza não tem sido fácil ultimamente. As desconfianças de Pedro o fizeram vasculhar o celular de Luiza. Descontente com as mensagens que achou, começou uma briga feia com ela! Por ela não ter se calado diante de suas reclamações, arremessou seu celular contra a parede e disse que a namorada dele não tinha permissão para conversar com outro homem pelo celular. Violência Patrimonial

Viviane e Fabrício estavam namorando há 2 anos. Mas por ter passado no vestibular, Viviane precisou morar em uma cidade longe do namorado. Desde a sua mudança, foi recorrente a troca de fotos nuas (nudez) entre os dois. A distância fez com que o namoro se tornasse difícil, e no último mês ela rompeu com Fabrício. No entanto, não podia imaginar o que aconteceria: o ex-namorado espalhou suas fotos nuas na internet. Ela já o denunciou, mas muitas pessoas haviam compartilhado sua foto. Na nova faculdade todos comentam sobre isso, ela chegou a pensar em suicídio. Violência Virtual

Fonte: elaborado pelas autoras

Após a leitura e a identificação do tipo de violência foram elaboradas algumas reflexões norteadas pelas seguintes questões: Essas violências acontecem no dia a dia? Elas acontecem da mesma forma com homens e mulheres? Por que a violência acontece? O debate foi amplo e nele os jovens puderam perceber mais uma vez a necessidade de ter uma lei específica para as mulheres, demonstrando que tal lei não era um privilégio feminino, mas sim resultado da desigualdade de gênero.

Cavaler *et al.* (2021), descrevem em sua experiência de intervenção com adolescentes que, ao questionarem os/as participantes sobre a legitimidade da violência no namoro, as respostas tendiam a ser unânimes no sentido de condenarem tais ações. Contudo, ao usar histórias em que o status de vítima era questionado, como nos casos de traição, o grupo tendia a elaborar desfechos violentos para os casos, como quebrar celular e agredir fisicamente a namorada. Dada a naturalização da violência em nossa sociedade, Lodetti *et al.* (2018), argumentam que somente a Lei Maria da Penha não é o bastante para garantir o fim da violência. Mesmo que a lei possa promover reflexões sobre ações violentas que até então eram naturalizadas, para que possamos ter estabelecida a garantia de direitos e o fim da violência, é preciso uma mudança profunda na estrutura social, política e cultural.

A violência é resultado de uma organização social pautada em hierarquias de gênero que colocam as mulheres em lugar de menor valia em relação aos homens (Cavaler & Macarini, 2020; Federici, 2018; Saffioti, 2015). Neste sentido, não haverá mudanças nestes padrões violentos se a análise levar em conta exclusivamente a esfera individual, pois é preciso olhar



atentamente para as estruturas de poder que sustentam este contexto violento. Olhar para tais estruturas exige o compromisso ético de profissionais de psicologia, pedagogia e segurança pública para que os/as jovens possam ter acesso, cada vez mais cedo, a tais problematizações, desnaturalizando violências que mesmo em tenra idade já podem fazer parte dos seus contextos.

Considerações finais

Durante os encontros, ficou evidente a potência de grupos reflexivos. Nas discussões e debates, todos, inclusive as próprias estagiárias, ampliaram seus saberes, aliando teoria e prática. Pode-se compreender, através das narrativas trazidas pelos/as jovens, o quanto as questões de gênero construídas sócio historicamente influenciam o fenômeno da violência nos relacionamentos.

Além destas questões, também foi possível verificar o papel da psicologia, como profissão capaz de produzir diálogos e mudanças de sentidos em torno da temática. Ao longo do estágio, observou-se que ao renunciar ao suposto saber conferido a idealização da profissão psicologia, foi possível produzir coletivamente a transformação de crenças e afetações produzidas por situações de violência no namoro. Esta é uma ferramenta essencial quando se trata da prevenção.

Cabe ressaltar que apesar da potência dos grupos, algumas dificuldades foram encontradas durante os encontros, por exemplo, o agendamento das intervenções que precisaram ser ajustadas de acordo com o calendário escolar. A opção encontrada foi flexibilizar o planejamento dos dias de estágio, promovendo os encontros em dias da semana alternados, diminuindo, assim, possíveis prejuízos às disciplinas. Além disso, em três encontros contou-se com a presença de um membro da escola. Esta participação apresentou a potencialidade de assegurar a qualidade do conteúdo ministrado pelas estagiárias, contudo pode ter inibido o envolvimento de alguns/mas estudantes nas atividades. A rivalidade entre alguns membros do grupo, especialmente meninas, foi um elemento que gerou conflito ao longo dos encontros, os quais foram mediados e acolhidos pelas facilitadoras.

Como aprimoramento dos grupos, levanta-se a possibilidade de se pensar em um maior protagonismo e poder de decisão dos/as adolescentes, os quais poderiam sugerir temas a serem abordados nos encontros e que tenham relação com a temática da violência no namoro. Dentre alguns temas novos identificados, sugere-se a discussão sobre *bullying* e *ciberbullying*, a expressão dos/as adolescentes através da arte sobre sua percepção acerca do tema, a questão das interseccionalidades que envolvem a violência, bem como um maior aprofundamento sobre os fatores de risco relacionados à violência no namoro.



No relato da experiência descrito neste artigo, foi apresentada uma pequena parte do que pode potencialmente ser desenvolvido com o recurso de grupos reflexivos de prevenção a violência no namoro. Esta escrita, portanto, é também uma forma de incentivar que novas iniciativas sejam realizadas em outros estados do país, para que assim possam-se produzir mudanças na lógica patriarcal que tem custado a vida de meninas e mulheres. Além disso, pensando no caráter multifacetado da violência, outras modalidades de grupos reflexivos também podem ser propostas, como aqueles envolvendo homens autores de violência, mulheres em situação de violência, bem como intervenções ainda na infância.

Referências

- Andrade, T. A., & Lima, A. de O. (2018). Violência e namoro na adolescência: uma revisão de literatura. *Desidades*, (19), 20-35.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822018000200003&lng=pt&nrm=iso
- Andrade, T. A., Moraes, P. M., & Martins, C. V. (2023). Violência no namoro entre adolescentes: Transmissão intergeracional e gênero. *Revista Psicologia E Saúde*, 15(1), e1582194. <https://doi.org/10.20435/pssa.v15i1.2194>
- Arnoud, T., Bordini, T. C. P., Moura, J., & Inda, C. A. (2021). Violência de gênero no namoro entre adolescentes: contribuições de programas de intervenção. In: Zamora, J. C., & Habigzang, L. F. (2021). *Contribuições da Psicologia para enfrentamento à violência contra mulheres: aportes teóricos e práticos*. (pp. 301-330). Dialética.
- Batista, A. P., Medeiros, J. L., & Macarini, S. (2017). A violência conjugal e as delegacias especializadas: as implicações da judicialização dos conflitos. In: A. P. Batista, & J. L. Medeiros (Orgs). *Psicologia e Polícia: diálogos possíveis*. (Cap. 6, pp. 103-122). Juruá.
- Beiras, A., & Bronz, A. (2016). *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Instituto Noos.
https://margens.paginas.ufsc.br/files/2020/06/Metodologia-Noos__PDF-final.pdf

- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19(2), 549–559. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>
- Borges, J. L., Heine, J. A., & Dell'Aglio, D. D. (2020). Variáveis pessoais e contextuais preditoras de perpetração de violência no namoro na adolescência. *Acta Colombiana de Psicología*, 23(2), 460-470. <https://doi.org/10.14718/acp.2020.23.2.16>
- Borges, J. L., Wendt, B., & Dell'Aglio, D. D. (2018). Prevenção à violência no namoro: relato de uma intervenção multicomponente no contexto escolar. Em L. F. Habigzang, P. I. C. Gomide, & G. M. Rocha (Orgs.), *Psicologia Forense: Temas e Práticas* (pp. 167–187). Juruá Editora.
- Butler, J. (2020). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira.
- Cavaler, C. M., & Macarini, S. M. (2020). Repensando práticas: delegacias da mulher enquanto espaço dialógico de prevenção à violência conjugal. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(66), 60-73. <https://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i66.516>
- Cavaler, C. M., Salvaro, G. J. I., & Cortina, M. O. C. (2021). Problematizações acerca das violências no namoro: relato de experiência. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 12 (2), 206–219. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2021v12n2p206>
- Connell, R. W. (1997). La organización social de la masculinidad. In: T. Valdes, & J. Olavarría (eds.). *Masculinidad/es: poder y crisis*. (Cap. 2, pp.31-48). ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres.
- http://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/hombresxigualdad/fondo_documental/Identidad_masculina/la_organizacion_social_de_la_masculinidad.pdf
- Federici, S. (2018). Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante.
- Foucault, M. (2018) História da sexualidade 1: a vontade de saber. 7 ed. Paz e Terra.



Gregori, A. G., Priolo Filho, S. R., & França, A. B. (2022). Avaliação de Crenças sobre

Violência no Namoro (ACVN): um novo instrumento brasileiro. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 38, 1-10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38411.pt>

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006, 7 de agosto) Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. (2018, 24 de setembro). Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm

Lodetti, A. S., Monte, L. E., Lago, M. C. de S., & Toneli, M. J. F. (2018). A vida psíquica do homem e morte de mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-10.

<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30161068>



- Magalhães, B. M., Zanello, V., & Ferreira, I. F. R. (2023). Afetos e emocionalidades em mulheres que sofreram violência por parceiro íntimo. *Revista Psicologia: Teoria E Prática*. 25(3), 1-22. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPCP15159.en>
- Martins, A. P. A. (2017). Violência no namoro e nas relações íntimas entre jovens: considerações preliminares sobre o problema no Brasil. *Revista Gênero*, 17(2), 9-28. <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31261>
- Mulheres Transformadoras. (2018, 22 de fevereiro). *Não confunda amor com abuso*. [Video]. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4FK13w5MFlg>
- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G. de., Njaine, K., & Pires, T. de O. (2016). Violência física perpetrada por ciúmes no namoro de adolescentes: um recorte de gênero em dez capitais Brasileiras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 32(03), 1-12. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32323>
- ONU Brasil. (2012, 15 de maio). O sonho impossível? [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM&t=155s>
- Portal PC por Elas. (n.d.). Portal PC por Elas. *Polícia Civil de Santa Catarina*. <https://pcporelas.pc.sc.gov.br/index.php>
- Priolo-Fialho, S. R., & Williams, L. C. A. (2018). Uma intervenção preventiva de violência no namoro entre adolescentes. Em L. F. Habigzang, P. I. C. Gomide, & G. M. Rocha (Orgs.). *Psicologia Forense: Temas e Práticas* (pp. 189-204). Juruá Editora.
- Rey, F. G., Magalhães, D. G., & Santos, M. B. (2016). Ação profissional e subjetividade: para além do conceito de intervenção profissional na psicologia. *Educação*, 39 (núm esp.), p. s54-s65. <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.24379>
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.



Santos, V. B. & Castellano, M. Q. (2020). Problematizando o conceito de vítima em

atendimento a mulheres em situação de violência desde uma perspectiva

interdisciplinas. In: A. P. Batista, & D. Cadan. *Violências, vulnerabilidade e*

psicologia: um olhar para o sistema de justiça (pp. 143-155). Tirant lo Blanch.

Santos, C.F.S. & Andrade, M.J.E. (2018). A naturalização da violência de gênero na

contemporaneidade. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço*

Social, 1(1) 1-16., <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23228>

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.

Revista Estudos Feministas, 9 (2), 460–482. <https://doi.org/10.1590/S0104->

[026X2001000200008](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008)

Zanello, V. (2022). A prateleira do amor sobre mulheres, homens e relações. Editora Appris

Submissão: 24/01/2024
1ª Revisão: 05/03/2024
Aceite: 12/03/2024

